

EDITAL DE CHAMADA PARA SELEÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA SÉRIE MONOGRAFIAS DO CEJ EM 2016

O MINISTRO DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS-CEJ comunica que está aberta a chamada pública para a seleção de trabalhos de dissertações de mestrado e teses de doutorado para publicação na *Série Monografias do CEJ*, para o ano de 2016.

I – A *Série Monografias do CEJ* é uma coleção editada pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, com o objetivo de oferecer um espaço para a publicação **de dissertações de mestrado e teses de doutorado** sobre temas relevantes para a Justiça Federal, em especial, ou para o Judiciário, em geral, por parte de magistrados, servidores da instituição ou ainda de outros profissionais de Direito, com vistas a estimular o estudo e a produção intelectual.

II – As dissertações ou teses **deverão ser inéditas** e encaminhadas impreterivelmente até **26 de fevereiro de 2016** para o e-mail editoracao@cjf.jus.br, com a especificação no campo “assunto”: submissão Série Monografias do CEJ – 2016.

III – Os trabalhos recebidos serão encaminhados ao Conselho Editorial do CEJ, que avaliará e selecionará, no mínimo, dois para serem publicados no ano de 2016, com previsão de lançamento para os meses de julho e dezembro de 2016.

IV - Durante o processo de seleção será utilizado o sistema de avaliação cega, no qual os autores permanecerão anônimos aos membros do Conselho Editorial.

V – Outros trabalhos poderão ser selecionados para publicação, com data a ser definida pelo CEJ e informada ao autor do trabalho.

VI – A todos os autores que submeterem trabalho será dada ciência das monografias selecionadas para publicação, bem como seu período de lançamento.

VII – A simples remessa do texto para apreciação implica autorização para o CEJ publicar, a qual será posteriormente formalizada por meio de termo de cessão de direitos autorais.

VIII – Após a publicação pelo CEJ, que não implicará remuneração aos autores, estes ficarão liberados para novas publicações, desde que citado o CEJ como fonte original. A título de direitos autorais, serão oferecidos 50 exemplares da obra aos que tiverem seus trabalhos selecionados.

IX – Os trabalhos não selecionados não serão devolvidos e poderão novamente ser submetidos ao CEJ em outra oportunidade pelos autores, desde que permaneçam inéditos.

X – A responsabilidade pelo conteúdo e as opiniões divulgadas são de inteira responsabilidade de seus autores, não expressando necessariamente o pensamento da instituição.

XI – Ao Centro de Estudos Judiciários é reservado o direito de fazer as revisões gramaticais e alterações pertinentes, bem como o de adequar os trabalhos ao projeto gráfico da Série Monografias e às normas disciplinadas pela ABNT, quando houver necessidade.

XII – O CEJ encarregar-se-á de todo o processo editorial até sua divulgação em meio impresso, encaminhando ao autor 50 exemplares, e em meio eletrônico, por meio do Portal do Conselho da Justiça Federal.

INSTRUÇÕES PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS

1 – Os trabalhos deverão estar no idioma português;

2 – Os trabalhos devem ter, incluindo anexos e apêndices, no mínimo 80 (oitenta) laudas e no máximo 400 (quatrocentas) laudas; em arquivo editável, no Word (versão mais atual);

3 – Os autores deverão enviar um mini-currículo, que contenha um resumo das principais e atuais funções e cargos exercidos, bem como seus dados completos para contato (telefone, e-mail e endereço postal);

4 – A estrutura da monografia deve compreender as seguintes partes:

a) Elementos pré-textuais: capa (obrigatório), contra-capas (obrigatório), dedicatória (opcional), agradecimentos (opcional), epígrafe (opcional), resumo em Língua Vernácula (obrigatório), sumário (obrigatório);

b) Elementos textuais: introdução, desenvolvimento e conclusão, ainda que apareçam na obra com outras expressões;

c) Elementos pós-textuais: as referências são obrigatórias e devem ser listadas ao final da monografia, em ordem alfabética, e serem elaboradas conforme a NBR 6023/2002; anexo (opcional);

5 – Notas: devem restringir-se apenas às explicativas, que contenham comentários do autor, e devem ser numeradas sequencialmente, no rodapé da página. Se houver necessidade de inserção de referências bibliográficas no corpo do texto, deve-se, para tanto, utilizar o sistema autor/data, consoante a NBR 10520;

6 – Referências e citações: Incluirão toda a bibliografia utilizada como fonte. Qualquer citação, direta ou indireta, deve ser referenciada, e, no corpo do texto, vir acompanhada do sobrenome do autor e ano de publicação (sistema autor/data), remetendo à indicação da obra na lista de referências, ao final do texto. Nessa lista deve ser incluída a referência completa, conforme determinado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para maiores esclarecimentos, as normas da ABNT a serem consultadas são as seguintes: NBR 6022; NBR 6023 e NBR 10520, disponíveis para consulta na Biblioteca do Centro de Estudos Judiciários;

Quanto ao formato, as citações diretas com até três linhas devem vir incorporadas ao texto, entre aspas; e aquelas acima de três linhas devem ser transcritas em parágrafo separado, com recuo de 4 cm à esquerda, entrelinhamento simples, fonte 10 e sem aspas;

7 – Imagens, tabelas, gráficos: devem estar inseridos no devido local, no corpo do texto, com respectivas legendas ou outras informações necessárias.

No caso de imagens, deverão estar no formato jpeg, resolução mínima de 300 dpi, e ser gravadas e encaminhadas também em arquivos separados para edição;

8 – Destaques: o uso de negrito deve ficar restrito aos títulos; o de itálico, apenas para destacar conceitos ou palavras em língua estrangeira.

Brasília, 4 de dezembro de 2015.

Ministro Og Fernandes
Diretor do Centro de Estudos Judiciários